

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM DERSA -  
DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. E  
SEQUOIA ENGENHARIA AMBIENTAL  
LTDA. – EPP**

Pelo presente Contrato, exarado no processo **DERSA nº 54.887/13**, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, Decreto nº 49.722 de 24/06/05 pelo Regulamento de Pregão da **DERSA**, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/93, Lei Estadual nº 6.544 de 22/11/89, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06/11/02, e de demais normas regulamentadoras aplicáveis à espécie, de um lado, **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**, Sociedade de Economia Mista, Prestadora de Serviço Público, nos termos do Decreto-lei nº 5, de 06/03/69, alterado pela Lei nº 95, de 29/12/72, sediada na Rua Iaíá, nº 126, Itaim Bibi, São Paulo – SP, C.N.P.J. nº 62.464.904/0001-25, neste ato por seus representantes legais ao final assinados, a seguir denominada simplesmente **DERSA** e, de outro lado, **SEQUOIA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. – EPP**, com sede na Av. das Américas, nº 727, Centro, Álvares Machado – SP, C.N.P.J. nº 12.124.226/0001-83, por seu(s) representante(s) legal(is) ao final identificado(s), a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com o disposto nas Condições Gerais do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/13** e seus anexos que integram o presente Contrato, têm entre si justo e avençado o seguinte:

**CLÁUSULA I**

**OBJETO**

- 1.1. Execução do subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais durante as obras de construção do empreendimento rodoviário “Nova Tamoios Contornos”.
- 1.2. Os serviços, objeto deste contrato serão executados de acordo com os Anexos que fazem parte integrante deste contrato.
- 1.3. Integram o presente contrato tal como se aqui transcritos, ressalvada sempre a aplicação preferencial das disposições expressas neste instrumento:
  - a) Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/13**
  - b) Proposta da **CONTRATADA** datada de 05/08/13
  - c) Anexos
  - d) Primeira Nota de Serviço

TGC

  
  
JURÍDICO  
(DERSA)

CLÁUSULA IIVALOR

- 2.1. Tem o presente contrato o valor de **R\$ 483.199,92 (quatrocentos e oitenta e três mil, cento e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**, referido ao mês de **AGOSTO/13**, cujo crédito pelo qual ocorrerá a despesa está prevista no Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem – DER e a **DERSA**.
- 2.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultado a supressão, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) aqui estabelecidos, mediante acordo entre a **DERSA** e a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA IIIPRAZO

- 3.1. O prazo total de execução dos serviços será de **36 (trinta e seis) meses**, contado a partir da emissão da Primeira Nota de Serviço.
- 3.1.1. A **CONTRATADA** obriga-se a dar início aos serviços, em até 5 (cinco) dias após a emissão da Primeira Nota de Serviço.

CLÁUSULA IVPREÇOS E REAJUSTAMENTOS

- 4.1. Para todos os serviços objeto do contrato serão adotados os preços unitários da proposta comercial da **CONTRATADA**, referidos ao mês de **AGOSTO/2013**.
- 4.2. Os preços contratuais serão reajustados anualmente com a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_o \times \left[ \left( \frac{IPC}{IPC_o} \right) - 1 \right],$$

TGC

  
JURÍDICO  
(DERSA)

**CONTRATO Nº 4443/13**

NTM-C – NOVA TAMOIOS CONTORNOS

**Onde:**

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência da proposta.

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços e o mês de aplicação de reajuste, com três casas decimais;

4.2.1. O reajustamento obedece às disposições contidas na Lei nº 9.069/95, de 29/06/95, Lei nº 10.192/01, de 14/02/01 e o Decreto nº 48.326/03, de 12/12/93 e as disposições da Resolução CC 79, de 12/12/03.

4.3. Nos preços unitários propostos que constituirão a única e completa remuneração para os serviços objeto do contrato, estão computados todos os custos e despesas da **CONTRATADA**, conforme discriminado no Critério de Preço e Medição, nada mais podendo a **CONTRATADA** pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

**CLÁUSULA V****PAGAMENTOS**

5.1. Tudo que for realizado sob as condições contratuais será apontado pelo Gestor/Fiscal do contrato, em documento próprio da **DERSA** denominado Pedido de Compra, da seguinte forma:

5.1.1. Serão elaborados Pedidos de Compras após a entrega de cada Relatório Técnico, devidamente atestado pela fiscalização da **DERSA**.

5.1.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar os Relatórios Técnicos de acordo com o item 08 do Termo de Referência.

5.1.3. O Gestor/Fiscal do contrato, após análise e aprovação, autorizará a emissão da nota fiscal/fatura no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento do relatório.

TGC

JURIDICO  
(DERSA)

- 5.1.4. Havendo necessidade de correções ou complementações nos Relatórios Técnicos, a **CONTRATADA** deverá refazer os trabalhos.
- 5.1.5. A **CONTRATADA** deverá entregar a fatura ao fiscal do contrato no primeiro dia subsequente à comunicação da aprovação do Relatório Técnico.
- 5.1.6. As faturas emitidas conforme disposto no subitem acima, não poderão ser objeto de cobrança pela rede bancária.
- 5.2. Os pagamentos serão efetuados no 30º (trigésimo) dia subsequente à entrega de cada Relatório Técnico, conforme o item 5.1.1. anterior, através de crédito em conta corrente da **CONTRATADA** junto ao Banco do Brasil S/A.
- 5.2.1. Havendo atraso de pagamento motivado pela **DERSA** esta responderá pelo pagamento da devida correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/89, cujo índice para apuração será o IPC-FGV, bem como juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata tempore em relação ao atraso verificado.
- 5.2.1.1. A correção monetária será calculada no dia do pagamento da obrigação principal, com base na variação acumulada do IPC-FGV, sendo que para os meses em que os índices não tenham sido divulgados, será utilizado o último índice publicado.
- 5.2.2. Se houver atraso por responsabilidade da **CONTRATADA**, aos dias dos vencimentos que se refere o item 5.2., serão acrescidos tantos dias quantos forem os dias de atraso.
- 5.2.3. As faturas emitidas não poderão ser objetos de cobrança pela rede bancária.
- 5.3. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, do INSS correspondentes ao período de execução dos serviços e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

- 5.4. A comprovação do recolhimento do ISSQN deverá estar referida ao município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03.
- 5.5. A não apresentação dessas comprovações assegura à **DERSA** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes, até que seja regularizada a documentação correspondente.
- 5.6. A não observância do prazo previsto para apresentação das faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.
- 5.7. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.
- 5.8. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da **DERSA**, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis SUBCONTRATADAS ou quaisquer terceiros interessados.
- 5.8.1. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 5.8.2. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos referidos no item 5.8., não transfere à **DERSA** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 5.8.3. Na hipótese da **DERSA** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, mencionadas no item 5.8. e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas.





5.8.4. Para o subitem anterior, na eventualidade do contrato ter sido encerrado, e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **DERSA**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **DERSA** utilizará o direito de regresso em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, expressando esta, desde já, sua concordância com as duas hipóteses previstas, neste subitem e no anterior.

## **CLÁUSULA VI**

### **RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

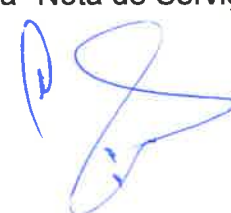
- 6.1. A **CONTRATADA** declara ter pleno conhecimento das condições contratuais, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.
- 6.2. A **CONTRATADA** reconhece expressamente sua total e exclusiva responsabilidade por danos ou prejuízos causados por seu pessoal, que em qualquer hipótese venham sofrer a **DERSA**, terceiros, coisas e/ou propriedade de terceiros, em decorrência dos serviços ora contratados.
- 6.2.1. Não exclui ou reduz esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por representantes da **DERSA**.
- 6.2.2. Todos os ressarcimentos e indenizações correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**, a quem caberá também, manter sempre cobertos por seguros regulares os riscos de acidentes de trabalho dos seus funcionários, como também, dos equipamentos utilizados.
- 6.3. A **CONTRATADA** obriga-se a não prestar informações de qualquer ordem a terceiros, técnicas ou não, sobre a natureza ou andamento da execução do contrato ou divulgá-las por qualquer outra forma, sem prévia autorização expressa da **DERSA**.
- 6.3.1. Se a **CONTRATADA** desejar, para fins promocionais ou publicitários, divulgar os serviços a seu cargo, somente poderá fazê-lo mediante apresentação prévia das mensagens e sua aprovação pela **DERSA**.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

- 6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da **DERSA** designados para esse fim. Esta supervisão visa verificar a obediência às Normas de Segurança do Trabalho, especificações técnicas, notas de serviços, programações e outras emitidas ou aprovadas pela **DERSA**.
- 6.4.1. O representante da **DERSA** anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência funcional deverão ser encaminhadas ao Diretor da área, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 6.4.2. A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer funcionário da **CONTRATADA** por imperícia, incapacidade ou indisciplina, devendo o efetivo ser repostado imediatamente sem prejuízo aos serviços em execução.
- 6.4.3. Qualquer funcionário da **CONTRATADA** dispensado por solicitação da FISCALIZAÇÃO não poderá ser reapresentado, por qualquer circunstância ou motivo, durante a execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 6.5. A **CONTRATADA** deverá indicar preposto idôneo, provendo-o dos meios necessários ao bom desempenho de sua função, inclusive veículo, se for o caso.
- 6.5.1. O preposto a que se refere o item acima, deverá ter **formação superior**, ser legalmente habilitado, possuir comprovada experiência na execução de serviços similares aos contratados e ser previamente aprovado pela **DERSA**, devendo este permanecer em caráter de dedicação exclusiva aos serviços contratados.
- 6.5.1.1. Os custos de remuneração do preposto e de seu veículo, se for o caso, deverão ser incorporados à taxa de BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS/BDI.
- 6.6. A **CONTRATADA** somente poderá dar início aos serviços, objeto do presente contrato, após a emissão pela **DERSA**, da respectiva "Nota de Serviço".

TGC



JURÍDICO  
(DERSA)

**CONTRATO Nº 4443/13**

NTM-C – NOVA TAMOIOS CONTORNOS

- 6.7. Cada fase do trabalho somente será considerada concluída após a liberação pela FISCALIZAÇÃO da **DERSA**.
- 6.8. As providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre o contrato serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 6.9. A **CONTRATADA** deverá manter sempre coberto por seguros regulares os riscos de acidentes de trabalho, bem como deverá manter sempre em vigor, apólices de todos os seguros legalmente obrigatórios.
- 6.10. Na execução dos serviços, a **CONTRATADA** estará obrigada a:
- 6.10.1. obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas e determinações das autoridades federais, estaduais e municipais, cabendo à **CONTRATADA** integral responsabilidade pelas consequências das eventuais transgressões que, por si ou seus prepostos, cometer;
  - 6.10.2. fornecer a mão-de-obra especializada ou não, devendo ser do tipo e quantidade suficientes para atender a qualidade dos serviços estabelecidos e à necessidade da **DERSA**, de modo que não ocorram problemas que venham a prejudicar o bom andamento dos mesmos;
  - 6.10.3. apresentar todo o pessoal no local de trabalho devidamente identificado com crachá;
  - 6.10.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou de serviços executados em desobediência aos padrões ou Normas Técnicas vigentes ou não aceitos pela **DERSA**;
  - 6.10.5. seguir estritamente a metodologia fornecida pela **DERSA** por meio de manuais de instruções e da capacitação que será ministrada à equipe da **CONTRATADA**;

TGC



JURÍDICO  
(DERSA)



- 6.10.6. manter sigilo dos dados coletados.
- 6.11. A **CONTRATADA** sugerirá, em tempo hábil, todas as providências que sejam necessárias à adequação do objeto contratual, quanto aos aspectos imprevistos ou supervenientes, constatados durante a execução dos serviços, de modo que quaisquer problemas, falhas ou omissões decorrentes dos aspectos acima mencionados, possam ser superados pela **DERSA** sem o comprometimento da execução do objeto.
- 6.12. A **DERSA**, a qualquer instante, dentro do prazo de vigência do contrato, reserva-se o direito de:
- 6.12.1. proceder, *in loco*, as atividades de verificação dos serviços prestados pela **CONTRATADA**. Nos casos de incorreções, serão solicitados ajustes e o não cumprimento destes, pela **CONTRATADA**, implicará multa ou cancelamento integral ou de parte do pagamento;
  - 6.12.2. convocar reuniões com a coordenação da **CONTRATADA** para solicitar esclarecimentos, dirimir dúvidas e reorientar procedimentos;
  - 6.12.3. rejeitar os serviços que não atenderem às normas metodológicas pertinentes e que coloquem em risco a confiabilidade e a qualidade das informações coletadas, inclusive com o direito de não pagar parte ou integralmente os serviços realizados.
- 6.13. O uso das informações e dados constantes e oriundos do contrato será apenas da **DERSA**, sendo vedado à **CONTRATADA** o uso dos mesmos, sem anuência expressa daquela.
- 6.14. A **CONTRATADA** tem pleno conhecimento do inteiro teor do Código de Conduta Ética e Governança Corporativa da **DERSA**, cujos preceitos são de observância obrigatória em todos os atos praticados pela **CONTRATADA** e cujo inteiro teor também encontra-se disponível no sítio da **DERSA**: [www.dersa.sp.gov.br/empresa/codigodecondutaeticadersa.pdf](http://www.dersa.sp.gov.br/empresa/codigodecondutaeticadersa.pdf).

TGC



JURÍDICO  
(DERSA)

**CLÁUSULA VII****SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não será permitida a subcontratação.

**CLÁUSULA VIII****ALTERAÇÕES, RESCISÃO, PENALIDADES E MULTAS**

8.1. As alterações, rescisões, penalidades e multas obedecerão ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei Estadual nº 6.544/89 e na Resolução ST-040/94.

8.2. No caso de inexecução parcial ou total deste contrato pela **CONTRATADA**, a **DERSA**, e ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, poderá, a qualquer momento, exercer o seu direito de rescindir este contrato e aplicar, cumulativa ou isoladamente, as seguintes penas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei 8.666/93:

8.2.1. Advertência e respectiva anotação em Cadastro;

8.2.2. Multa de 30% (trinta) por cento sobre o valor total atualizado do serviço ou obra não entregue ou da obrigação não cumprida ou, a critério da **DERSA**, o pagamento de valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à:

- a) no atraso até 30 dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor atualizado da obrigação total por dia que exceda o cumprimento de qualquer data estabelecida neste contrato e/ou em Cronograma Físico/Financeiro estabelecido, limitado ao valor total do contrato atualizado;
- b) no atraso superior a 30 dias: multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor atualizado da obrigação total por dia que exceda o cumprimento de qualquer data estabelecida neste contrato e/ou em Cronograma Físico/Financeiro estabelecido, limitado ao valor total do contrato atualizado.

TGC

  
JURÍDICO  
(DERSA)

- 8.3.1. A aplicação de multa prevista na cláusula 8.3. não impede que a **DERSA** rescinda unilateralmente o presente contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei 8.666/93.
- 8.4. Qualquer penalidade prevista será aplicada observando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 8.5. Aplicada(s) a(s) multa(s) e, havendo exaurimento da garantia prestada, a **DERSA** passará a descontar o valor residual do próximo pagamento que vier realizar à **CONTRATADA**.
- 8.5.1. No caso de não existirem pagamentos previstos, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo.
- 8.6. O não pagamento da multa no prazo estipulado importará, ainda, na atualização do valor a ser pago com base na variação do IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), calculado *pro rata tempore* desde a data do vencimento até a do efetivo pagamento.
- 8.7. O pagamento das multas estabelecidas nesta cláusula ou seu desconto como aqui especificado não exime a **CONTRATADA** do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento e nem da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos, diretos ou indiretos que vierem a ser causados.

### CLÁUSULA IX

#### ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 9.1. Executados os serviços o contrato será encerrado lavrando-se o respectivo Termo de Encerramento do Contrato.
- 9.2. O Termo de Encerramento do Contrato deverá ser assinado pela **CONTRATADA** e pelo Diretor da **DERSA** responsável pela área de execução dos serviços.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

**CLÁUSULA X****GARANTIA**

- 10.1. Para garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo que vier a ser fixado pela **DERSA**.
- 10.2. A garantia referida no item 10.1. acima será reforçada na razão de 5 % (cinco por cento) do montante de qualquer aumento do valor contratual.
- 10.3. A garantia e seus reforços referidos nesta Cláusula, poderão ser efetuados mediante caução em dinheiro, ou fiança bancária ou Títulos da Dívida Pública ou seguro garantia.
- 10.4. Não serão aceitas garantias que excluam multas, questões e/ou obrigações trabalhistas, tributárias, comerciais e previdenciárias resultantes da execução do contrato.
- 10.5. A garantia e seus reforços (itens 10.1. e 10.2.) responderão por todas as multas e encargos impostos à **CONTRATADA**. Se o total da garantia existente for insuficiente, a **CONTRATADA** deverá completar o valor das multas e repor a garantia.
- 10.6. A garantia será liberada para devolução após a emissão pela **DERSA** do Pedido de Compra Final.
- 10.6.1. Para as garantias prestadas em dinheiro, proceder-se-á a correção monetária, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, desde a data do recolhimento, até a data comunicada pela **DERSA**, colocando à disposição da **CONTRATADA** a sua devolução.
- 10.6.2. A correção monetária obedece às disposições contidas na Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1995, e a Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, complementar ao Plano Real.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)

**CLÁUSULA XI****COMUNICAÇÃO**

- 11.1. As comunicações recíprocas relativas a este contrato somente serão consideradas como efetuadas, se entregues através de correspondência mencionando o número deste contrato e o assunto específico da correspondência, devendo ser protocoladas e endereçadas conforme o destinatário, como segue:

**À DERSA****DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**

Rua Iaíá, nº 126, Itaim Bibi, São Paulo - SP

Ref: Contrato nº 4443/13

**À CONTRATADA****SEQUOIA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. - EPP**

Av. das Américas, nº 727, Centro, Álvares Machado – SP, CEP: 19160-000.

Ref: Contrato nº 4443/13

- 11.2. A entrega de qualquer carta ou documento de transmissão far-se-á por portador, com protocolo de recebimento e o nome do remetente conforme acima descrito.
- 11.3. As comunicações relativas exclusivamente as atividades de execução dos serviços deverá ser encaminhada formalmente através do fiscal indicado pela **DERSA**.

**CLÁUSULA XII****FORO**

- 12.1. Todas as questões suscitadas pelo presente contrato, não resolvidas por via administrativa, serão dirimidas no Foro desta Capital, eleito pelas partes com preferência sobre outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

TGC

JURÍDICO  
(DERSA)



**CONTRATO Nº 4443/13**

14

NTM-C – NOVA TAMOIOS CONTORNOS

E por estarem justos e acordados firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 13 de setembro de 2013.

Pela **DERSA**:

  
\_\_\_\_\_  
**LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO**  
Diretor Presidente  
\_\_\_\_\_  
**PEDRO DA SILVA**  
Diretor de Engenharia

Pela **CONTRATADA**:

  
\_\_\_\_\_  
**MARCIO ROGÉRIO PONTES**  
Sócio

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
**RENATA SILVA GALDINO**  
\_\_\_\_\_  
**TATIANA GOMES COELHO**

TGC

  
\_\_\_\_\_  
JURÍDICO  
(DERSA)

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ÓRGÃO:** SECRETARIA ESTADUAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

**CONTRATANTE:** DERSA – DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

**CONTRATADA:** SEQUOIA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. – EPP

**OBJETO:** Execução do subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais durante as obras de construção do empreendimento rodoviário “Nova Tamoios Contornos”.

**CONTRATO Nº 4443/13**

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, 13 de setembro de 2013.

Pela **DERSA**:



---

**LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO**  
Diretor Presidente



---

**PEDRO DA SILVA**  
Diretor de Engenharia

Pela **CONTRATADA**:



---

**MARCIO ROGÉRIO PONTES**  
Sócio

